

# Da *Gallaecia* a Portugal: a conceção do espaço ocidental peninsular em duas crónicas do século XIII

FILIFE FERREIRA BASTOS



Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FL-UP)

<https://orcid.org/0000-0001-9159-864X>

[filipe\\_bastos14@hotmail.com](mailto:filipe_bastos14@hotmail.com)

**Resumo:** No início do século XIII, um novo cenário político-militar na Península Ibérica levou a que os principais atores políticos sentissem a necessidade de enquadrar a sua atuação, bem como a sua visão da *Hispania*. O discurso historiográfico, de certa forma ‘abandonado’ durante décadas, torna-se central na política dos reinos ibéricos, motivo pelo qual foi retomado com grande vigor no reinado de Fernando III (1217/1230-1252), precisamente o monarca que agregou uma vez mais as coroas de Castela e Leão. É neste contexto que surgem as crónicas analisadas neste estudo – o *Chronicon Mundi* e o *De rebus Hispanie*. O presente estudo procura analisar de uma forma extensiva estas obras, nomeadamente no que diz respeito à conceção de espaço/território e também quanto à narrativa relativamente ao processo que viria a resultar na autonomia do reino de Portugal.

**Palavras-chave:** território, historiografia medieval, reino de Portugal, Lucas de Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada.

## **From *Gallaecia* to Portugal: the conception of the western peninsular space in two thirteenth century chronicles**

**Abstract:** In the thirteenth century a new political-military scenery in the Iberian Peninsula led the most relevant Hispanic political actors to feel the need to have their actions, achievements and vision of *Hispania* portrayed. The historiographical discourse, somewhat ‘abandoned’ for decades, was now more than ever essential in the Iberian kingdoms’ politics. For that reason, it was resumed with great vigor in the reign of Fernando III (1217/1230-1252), precisely the monarch who reunited once again the crowns of Castile and Leon. It’s in this context that the chronicles analyzed in this study emerge – the *Chronicon Mundi* and the *De rebus Hispanie*. This study aims to analyse the views of both chronicles on the western peninsula’s space/territory and also it’s narrative process concerning what eventually became the kingdom of Portugal.

**Keywords:** territory, medieval historiography, kingdom of Portugal, Lucas de Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada.

## I. Introdução

O presente trabalho surgiu como parte integrante de uma investigação mais alargada que procurou em duas crónicas escritas no século XIII uma primeira representação do reino português e, para além disso, uma análise a quaisquer elementos de uma cronologia mais recuada desde que referente ao espaço onde se viria a enquadrar Portugal<sup>1</sup>. É, pois, objetivo deste texto aprofundar o conhecimento sobre este tema, em específico sobre um vetor de análise – o espaço/território –, demonstrando também as potencialidades que este tipo de abordagens encerra.

As crónicas do medievo oferecem um conjunto valioso de informações, tanto mais por se tratar de um período do qual não sobreviveu muita documentação. É verdade que, como com todos os tipos de testemunhos, as crónicas levantam um número de questões e denotam especificidades que fazem com que seja aconselhável a qualquer abordagem bastante cautelosa. De entre os contributos que se podem retirar deste tipo de narrativas, sem dúvida um dos mais valiosos é o que se refere a informações relativas ao espaço/território, uma vez que se trata de um tema que assume particular relevância, sobretudo nos séculos XI e XII, mas para o qual não existem assim tantas vias de observação.

Este estudo baseou-se, como já foi dito, na análise de dois textos produzidos no século XIII, a saber, o *Chronicon Mundi*, da autoria de Lucas, bispo de Tui (c. 1180/1200-1249), e o *De rebus Hispanie*, da lavra de Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo (c. 1170-1247)<sup>2</sup>. A sua seleção prende-se, antes de mais, com o facto de se tratar das duas primeiras narrativas escritas no âmbito peninsular que se deparam já com o processo de autonomização do reino português como uma realidade consagrada. São, pois, ambos os autores os primeiros a verem-se a braços com a necessidade de incluir um novo ator político ibérico no seu relato e, também, de uma forma ou de outra, na lógica narrativa que pretendem fazer vincar.

1 Este trabalho contou com o apoio e sugestões incansáveis do Professor Doutor Luís Carlos Amaral e do Doutor Francesco Renzi. A ambos estou tremendamente grato.

2 As edições utilizadas para este estudo foram, em ambos os casos, as mais recentes edições críticas, fruto do trabalho de Emma Falque e Juan Fernández Valverde, respetivamente. No caso da obra de Rodrigo, para além da versão em latim (editada em 1987), existe ainda uma versão traduzida para castelhano, da responsabilidade do mesmo investigador (do ano de 1989), igualmente utilizada para o presente estudo. Lucas Tudensis – *Chronicon Mundi*. Cura et studio, Emma Falque. Corpvs Christianorvm: continuatio mediaevalis. Turnhout: Brepols, 2003; Roderici Ximenii de Rada – *Historia de rebus Hispanie sive Historia Gothica*, cura et studio Juan Fernández Valverde. Corpvs Christianorum Continvatio Medievalis, vol. LXXII. Turnhout: Brepols, 1987; Rodrigo Jiménez de Rada – *Historia de los hechos de España*. Introdução, tradução, notas e índices de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Editorial, 1989. Daqui em diante, o *Chronicon Mundi* será referido como *CM*, enumerando de seguida o livro (a obra encontra-se dividida em quatro livros), o ponto (uma adição na edição de Emma Falque, uma vez que o texto não apresenta nenhuma divisão em capítulos) e a página na referida edição da mesma investigadora. Quanto ao *De rebus Hispanie*, será referido como *DrH*, seguido de uma enumeração do livro, capítulo e página, de acordo com a edição em latim a cargo de Juan Fernández Valverde.

Por outro lado, estes dois textos constituem o eixo da que foi conotada como a historiografia ‘fernandina’, isto é, a produção de crónicas sobre o passado durante o reinado de Fernando III de Leão e Castela (1217/1230-1252), depois de um período relativamente longo em que não se assistira ao aparecimento de qualquer empresa deste género – pelo menos, desde o reinado de Afonso VII (1126-1157). O outro texto que completa o panorama da produção historiográfica fernandina – a *Chronica regum Castellae*, de Juan de Soria – foi, por vários motivos, colocado de parte no que diz respeito a este estudo<sup>3</sup>.

A análise extensiva a todos os elementos do relato que pudessem aportar qualquer informação sobre o espaço mais ocidental da Península Ibérica permitiu compor um quadro bastante elucidativo quanto ao papel dessa zona – e do reino de Portugal – na narrativa de ambos os prelados. Apesar de os textos conterem várias informações relevantes no que toca ao espaço eventualmente transformado em reino de Portugal, a verdade é que uma análise que procurasse sistematizar esses dados não tinha sido, até agora, levada a cabo.

Com efeito, a atenção que a historiografia dedicou a estas crónicas pode ser qualificada como deficitária se se atender ao estado da situação aquando da edição crítica que Juan Fernández Valverde levou a cabo da obra do *toledano*, em 1987, e da sua edição vertida para castelhano, em 1989<sup>4</sup>. Do trabalho de Lucas, apenas em 2003 se assistiria a uma edição crítica moderna. Embora existissem trabalhos anteriores à edição de Fernández Valverde que apontassem para as potencialidades dos textos<sup>5</sup>, a verdade é que é a partir desse período que se assiste ao aprofundamento do conhecimento destes testemunhos.

A historiografia do início do século XX (que dedicou alguma atenção à figura do arcebispo de Toledo<sup>6</sup>) foi, de certo modo, desequilibrada na sua abordagem, tanto na maior atenção que prestou ao trabalho de Rodrigo do que ao de Lucas, como no maior investimento na análise biográfica do prelado do que na sua obra, remetida para um plano secundário mediante o empenho político e eclesiástico do *toledano*. Seria apenas já para o fim do século que historiadores e filólogos

3 A análise que Inés Fernández-Ordóñez leva a cabo esclarece os vários pontos em que Juan de Soria se distancia dos seus contemporâneos, pontos esses que vão desde a divisão formal do texto a aspetos mais centrais para este estudo como a conceção da história e o relato sem recurso a fontes, entre outros. Consulte-se Inés Fernández-Ordóñez – De la historiografía fernandina a la alfonsí. *Alcanate – Revista de estudios alfonsí*. 3 (2002-2003) 93-133.

4 Juan Fernández Valverde – Introducción. In Rodrigo Jiménez de Rada – *Historia de los hechos de España*. Introdução, tradução, notas e índices de Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Editorial, 1989, p. 37.

5 Derek W. Lomax – Rodrigo Jiménez de Rada como historiador. In *Actas del Quinto Congreso Internacional de Hispanistas*. Bordeaux: Universidad de Bordeaux III, Instituto de Estudios Ibéricos e Iberoamericanos, 1974, p. 587-592.

6 Alguns exemplos: Eduardo Estella Zalaya – *El fundador de la catedral de Toledo. Estudio histórico del pontificado de D. Rodrigo Ximénez de Rada en la sede toledana, com la documentación original del Archivo capitular 1208 – 1247*. Toledo: Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo, 1926; Javier Gosterratzu – *Don Rodrigo Jiménez de Rada: gran estadista, escritor y prelado*. Investigaciones históricas sobre la Edad Media. Pamplona: Imp. y Lib. De Viuda de T. Bescansa, 1925; M. Ballesteros Gaibrois – *Don Rodrigo Jiménez de Rada*. Barcelona: Editorial Labor, 1936.

abordariam as obras sob uma nova perspectiva. Há que salientar os excelentes contributos de nomes como Peter Linehan, Georges Martin, Inés Fernández-Órdoñez ou Patrick Henriot, contributos esses que fizeram avançar o conhecimento das crónicas, sobretudo na área da filologia, algo que provou ser fundamental para as análises de carácter historiográfico<sup>7</sup>. Diversificaram-se as abordagens e as temáticas, esclareceram-se os méritos e contributos de ambas as obras para o género cronístico medieval ibérico, compreenderam-se as motivações dos prelados, o contexto da escrita e os mecanismos empregues. Contudo, de forma alguma houve uma clarificação daquele que seria o papel reservado a espaços que não eram centrais no relato – a centralidade, essa é completamente reservada para Leão e Castela em ambas as obras.

A historiografia portuguesa, ciente do relevo de ambos os textos no panorama ibérico, dedicou-se primeiramente ao aprofundamento do conhecimento das eventuais relações entre estes textos e a tradição cronística medieval portuguesa e, por outro lado, procurou ainda (e sobretudo de forma esporádica) analisar episódios dos relatos que mencionavam esta ou aquela figura, este ou aquele acontecimento. Assim, embora exista uma longa tradição de excelentes trabalhos sobre a cronística medieval ibérica por parte de autores portugueses, a verdade é que foram normalmente outras as abordagens e outros os interesses a nortear esses trabalhos. No que concerne especificamente às duas crónicas que servem de base a este estudo, a historiografia portuguesa levou a cabo aproximações casuísticas, interessadas sobretudo em episódios específicos que poderiam contribuir para o melhor esclarecimento de certos acontecimentos. Contudo, não procurou encetar uma análise sistemática da representação de Portugal nestes textos. Recentemente, devido sobretudo a José Carlos Miranda e Maria do Rosário Ferreira, apareceram os primeiros estudos que apresentaram uma visão sistemática de certas figuras nestas obras e, com eles, a chamada de atenção para as potencialidades que tal abordagem às mesmas iria aportar para a história de Portugal<sup>8</sup>.

7 Apenas a título de exemplo, veja-se: Peter Linehan – *Historia e historiadores de la España*. Ed. Juan Miguel Valero Moreno, trad. Ana Sáez Hidalgo, revisão de trad. Francisco Javier Hernandez. 1ª ed., Salamanca: Edições da Universidade de Salamanca, 2011. Para além destes, importantes contributos recentes devem ser mencionados, tais como: Stéphanie Jean-Marie Girardel – *L'Historia Gothica de Rodrigue Jimenez de Rada (1243): écriture et discours, Littératures*. Université Toulouse le Mirail – Toulouse II, 2007. Tese de Doutoramento; Enrique Jerez Cabrero – *El 'Chronicon Mundi' de Lucas de Tuy (c. 1238): técnicas compositivas y motivaciones ideológicas*. Madrid: [s. n.], 2006. Tese de Doutoramento. Vários trabalhos dos investigadores agora mencionados encontram-se citados ao longo do texto, o que permitirá compreender a centralidade das suas investigações para o tema.

8 Veja-se, a título de exemplo, José Carlos Miranda; António Resende de Oliveira – Da «Historia Compostelana» à «Primeira Crónica Portuguesa»: o discurso historiográfico sobre a formação do reino de Portugal. In *Marsupii Peregrinorum. Circulación de Textos e Imágenes Alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media: actas del Congreso internacional*. Santiago de Compostela, 24-28 de marzo 2008. Coord. Esther Corral Díaz. Firenze: Edizioni del Galluzz-Fondazione Ezio Franceschini, 2010. ISBN 9788884503947 [consultado em 26/02/2017]. Disponível em [http://catalogo.up.pt:80/F/?func=direct&doc\\_number=000820565&local\\_base=FLUP](http://catalogo.up.pt:80/F/?func=direct&doc_number=000820565&local_base=FLUP); Maria do Rosário Ferreira – Urraca e Teresa: o paradigma

Por fim, no que concerne especificamente o espaço/território, existem trabalhos capitais para compreender a forma como este tópico tem sido olhado e explorado<sup>9</sup>. Desde os contributos que diríamos, para a historiografia ibérica, fundacionais de García de Cortázar, aos avanços propiciados pelos trabalhos, entre outros, de Luís Carlos Amaral, André Evangelista Marques e Mário Barroca<sup>10</sup>, que têm permitido, para o espaço português, conhecer melhor o tema e as suas particularidades.

Era necessário, ainda assim, que se olhasse para estes textos de uma forma sistemática, valorizando certos temas, procurando no conjunto elementos que uma análise parcial não pode, por vezes, descortinar. O contexto de produção destes testemunhos, as intenções dos seus autores e o estudo de que foram alvo ficam, portanto, sumariamente estabelecidos e servem de ponto de partida para a análise levada a cabo<sup>11</sup>.

---

perdido. *Guarecer on-line* [em linha]. Agosto de 2010. [consultado em 30/10/2017]. URL: [http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/Urraca\\_e\\_Teresa\\_Marsupio\\_Guarecer%5B1%5D.pdf](http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/Urraca_e_Teresa_Marsupio_Guarecer%5B1%5D.pdf); Maria do Rosário Ferreira – Afonso Henriques: do valor fundacional da desobediência. In *Cahiers d'études hispaniques médiévales*. 34 (2011) 55-70. Maria do Rosário Ferreira – O reino de Portugal na «Chronica Aepihonsi Imperatoris». *e-Spania* [Em linha]. 15 de Junho de 2013 [consultado em 29/05/2018]. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/22317>; DOI: 10.4000/e-spania.22317.

- 9 Consulte-se a introdução da coletânea de estudos dirigida por *Space in the Medieval West. Places, territories and imagined geographies*. Ed. Meredith Cohen; Fanny Madeline. Surrey: Ashgate Publishing Company, 2014, para uma visão ampla relativamente à evolução do tema ao longo dos séculos XIX e XX. Os próprios estudos aí coligidos, embora versem maioritariamente o espaço francófono, permitem compreender as abordagens mais recentes da historiografia ao tema do espaço/território. Da mesma forma, veja-se ainda *People and Space in the Middle Ages (300-1300)*. Ed. Wendy Davies; Guy Halsall; Andrew Reynolds. Centre for Medieval Studies, University of York (Studies in the early Middle Ages, vol. 15). Brepols: Turnhout, 2006. ISBN: 9782503515267.
- 10 Da vasta obra de García de Cortázar, que dedicou muito do seu trabalho à questão do espaço e sua organização social, destaca-se a obra de 1985 que este coordena: *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Coord. José Ángel García de Cortázar. Barcelona: Editorial Ariel, 1985. Quanto aos investigadores portugueses referidos, destacam-se trabalhos como Luís Carlos Amaral – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Ed. Policopiada, 2007. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à FLUP; Luís Carlos Amaral – *Poblamiento y organización eclesiástica del territorio bracarense (finales del siglo IX – primer cuarto del siglo XI)*. In *La pervivencia del concepto. Nuevas reflexiones sobre la ordenación social del espacio en la Edad Media*. Coord. C. Laliena Corbera; J. A. Sesma Muñoz. Saragoça: Grupo de Investigación de Excelencia C.E.M.A. – Universidad de Zaragoza, 2008, p. 113-147. Trad. portuguesa (com pequenas alterações e correcções): Povoamento e organização eclesiástica do território bracarense (finais do século IX – primeiro quartel do século XI). In *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas: IV: Povoamento e população*. Coord. I. Gonçalves. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade de Lisboa, 2009, p. 9-36; André Evangelista Marques – *Da representação documental à materialidade do espaço. Território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Colecção: Teses Universitárias, 6 – Prémio CITCEM/Afrontamento. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» e Edições Afrontamento, 2014. ISBN: 9789723613896 (Edições Afrontamento) ou 9789898351319 (CITCEM); e ainda Mário Jorge Barroca – *Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX-XI)*. *Portugália*. Nova Série. 25 (2004) 181-203.
- 11 Uma análise mais extensa, quer do contexto de escrita das crónicas, dos seus autores e características ideológicas, quer da atenção que a historiografia lhes dedicou pode consultar-se em Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais. Orientação de Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral; coorientação de Francesco Renzi. Porto: [s. n.], 2018, p. 20-40.

## II. Enquadramento

Antes de se analisarem as crónicas e os seus contributos, torna-se necessário enquadrar quer os textos, quer os seus autores, uma vez que o período em que os relatos são escritos e certas particularidades dos seus autores são fundamentais para a compreensão e correta análise das informações recolhidas.

Lucas (que viria a ser bispo de Tuy entre 1239 e 1249) viveu quase toda a sua vida, ao que se sabe, em Leão, sendo possivelmente natural dessa cidade ou das suas proximidades e tendo sido cónego em Santo Isidoro de Leão<sup>12</sup>. Rodrigo, de quem se sabe mais informações, nasceu no seio de uma família aristocrata navarra, tendo desde cedo frequentado a corte e, mais tarde, por influência familiar<sup>13</sup>, acabaria por estudar em Paris e Bolonha, antes de se tornar arcebispo de Toledo (1209-1247).

Embora Rodrigo se tenha mantido ao longo seu percurso muito mais próximo da corte do que Lucas, ambos os prelados podem ser descritos como próximos da rainha-mãe Berengária (1179/1180-1246)<sup>14</sup>, sendo que Lucas escreve o *CM* a pedido da própria, enquanto que Rodrigo viria a escrever o *DrH* a pedido de Fernando III. Nesse sentido, portanto, as obras partilham um certo carácter ‘oficial’<sup>15</sup>.

Esse carácter ‘oficial’, como é óbvio, viria a condicionar o relato e as linhas narrativas que cada prelado optaria por seguir. Ainda assim, ambos foram capazes de, em vários momentos, distanciar-se e seguir linhas programáticas particulares que se ficavam a dever às suas conceções da sociedade (e que se aplicavam quer àquela em que viviam, quer àquela que relatavam, de um passado mais ou menos distante). Não sendo aqui lugar para desenvolver a ideologia de cada um dos

12 Sobre o que se conhece da vida destes prelados, veja-se, para Lucas, a introdução Emma Falque – Introducción. In Lucas Tudensis – *Chronicon Mundi*. Cura et studio, Emma Falque. Corpus Christianorum: continuatio mediaevalis. Turnhout: Brepols, 2003, p. VII-XII; para Rodrigo, Juan Fernández Valverde – Introduction, p. 13-29. Também apresentam contributos importantes as teses de doutoramento de Enrique Jerez Cabrero – *El ‘Chronicon Mundi’ de Lucas de Tuy...*, p. 180-182; e de Stéphanie Jean-Marie Girardel – *L’Historia Gothica...*, p. 1-24. São conhecidos pouco dados sobre a vida de Lucas de Tuy. A editora, Emma Falque, refere que teria nascido em Leão. Ainda assim, Peter Linehan colocou como hipótese que Lucas não fosse de origem hispânica (devido ao seu nome não ser comum na Península), mas antes italiano. Veja-se Peter Linehan – Fechas y sospechas sobre Lucas de Tuy. *Anuario de Estudios Medievales*. 1: 32 (2002) 22-23.

13 Juan Fernandez Valverde – Introducción, p. 16-18. Juan Fernández Valverde atribui a decisão de Rodrigo de prosseguir estudos à influência do seu tio, o abade S. Martinho de Santa Maria de Huerta, bem como de Pedro de Paris, bispo de Pamplona (p. 17-18).

14 Sobre o patronato de Berengária e o que esta pretendia ver relatado na obra, bem como para a questão do relato ‘oficial’ veja-se Emma Falque – Introducción, p. XVII-XXI. Para uma perspectiva geral do papel de Berengária na política e na escrita historiográfica no século XIII, veja-se Georges Martin – *Reinar sin reinar: Berenguela de Castilla en el espejo de la historiografía de su época (1214-1246)*. *e-Spania* [em linha]. 1 de junho de 2006, disponível a partir de 07 de abril de 2013 [consultado em 21/11/2017]. URL: <http://e-spainia.revues.org/21608>.

15 Posto em relevo por Inés Fernández-Ordóñez – De la historiografía fernandina a la alfonsí, p. 105. Sobre a questão oficial em Lucas, veja-se a bibliografia indicada na nota anterior. Ainda de um outro ponto de vista, sobre a importância do relato do passado para a Coroa e, particularmente, para Berengária, afirmou Georges Martin sobre a mesma que esta lançou “le plus grand mouvement historiographique du moyen âge espagnol” – Georges Martin – *Les juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l’Espagne médiévale*. *Annexes de Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. 6 (1992) 204

prelados<sup>16</sup>, não deixa de ser verdade que ela desempenha um papel importante na sua escrita, nomeadamente na forma como ambos encaram a *Hispania* como uma entidade una, indivisível, apenas fragmentada em vários reinos<sup>17</sup>. No fundo, ambos seguem um referente ideológico imperial – que estaria novamente em voga com a reunião dos reinos de Leão e Castela na pessoa de Fernando III após quase um século de separação<sup>18</sup> –, mas não deixam de compreender e reverter para os seus textos a realidade que viviam, ou seja, a existência de vários atores políticos independentes no âmbito peninsular. Essa realidade, de resto, não entrava em colisão com o ideal de império que se tentava reavivar neste período, embora não existisse o reconhecimento por parte dos restantes espaços ibéricos dessa dignidade aos monarcas castelhanos<sup>19</sup>.

Esta particularidade levou a que os autores não tivessem problemas em aludir, por exemplo, à crescente autonomização do espaço que viria a transformar-se no reino de Portugal, como se irá ver. O reconhecimento desse processo histórico está patente em ambas as crónicas, pese embora o texto de Lucas de Tuy procure ainda assim manter uma certa ideia de que Portugal era área de influência de Leão e estava num plano inferior ao reino leonês.

Da análise às obras emergiram dois vetores em torno dos quais se pode aferir a representação do espaço nas mesmas. São eles referentes à fronteira e ao processo de expansão, por um lado, e à individualização do território, por outro. Embora em muitos pontos ao longo dos seus textos as visões de Lucas e Rodrigo não se encontrem – e acabem por ser até contraditórias –, o mesmo não acontece no que diz respeito a estes temas. Ambos mencionam os mesmos momentos e relatam de forma idêntica acontecimentos diversos. O mesmo é dizer que, neste particular, o *toledano* optou por seguir sem grandes alterações o relato de Lucas, operando apenas pequenas modificações<sup>20</sup>.

---

16 Para uma análise mais completa às condicionantes ideológicas de ambos, veja-se Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 31-33 (para Lucas) e p. 38-39 (para Rodrigo), bem como as respetivas notas de rodapé que indicam bibliografia complementar.

17 Da parte de Lucas, essa conceção está intimamente ligada com o referente visigodo que é, para o *tudense*, guia da sua narração. No caso de Rodrigo, embora não se note tanto a mesma ligação, é também o mundo godo muitas vezes o exemplo. Sobre a ideologia em Lucas veja-se Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 31-32 e bibliografia indicada.

18 Desde a morte de Afonso VII, em 1157. Fernando III torna-se rei de Leão em 1217 e assume a coroa de Castela em 1230, reunificando assim os reinos.

19 Sobre este tema, consulte-se, por exemplo, Hélène Sirantoine – *‘Imperatore Hispaniae’: les idéologies impériales dans le royaume de León (IX<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles)*. Bibliothèque de la Casa de Velázquez, volume 58. Madrid: Casa de Velázquez, 2012.

20 Com efeito, foi possível aos investigadores estabelecerem, partindo das edições disponibilizadas por Emma Falque e Fernández Valverde, a relação entre as duas obras. Rodrigo baseia-se em grande medida no texto de Lucas, que havia sido escrito apenas uns anos antes do *toledano* iniciar o seu relato. Consulte-se Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 28 e notas de rodapé para o enquadramento da escrita do *CM* e ainda p. 34-36 e respetivas notas para o mesmo efeito quanto ao *DrH*.

### III. Expansão territorial e fronteira(s)

Embora existam momentos anteriores na narrativa que mencionam a geografia do espaço mais ocidental da Península<sup>21</sup>, é já no relato do reinado de Afonso III das Astúrias (866-910) que se encontram os primeiros contributos significativos. Lucas ainda relata algumas investidas de Afonso I à região mais ocidental peninsular, mas é com Afonso III que esse espaço entra na órbita do reino cristão. Quanto a Afonso I, Lucas escreve:

*Sed Adefonsus, cui Pelagii filia nupserat, uix mortuo Fafila in regem constituitur. Exercitum cum Froyla contra Sarracenos sepius mouens quam plurimas a barbaris ciuitates oppressas bellando cepit, id est, Lucum, Tudam, Portugalem, Anegiam, Bracaram, Viseo, Flauias (...)*<sup>22</sup>.

Já relativamente a Afonso III, narra o *tudense*:

*Tunc edomuit rex Astoricam et Ventosam, Conimbriam quoque ab inimicis obsessam defendit et suo dominio subiugauit. Cesserunt etiam armis illius plurime Yspanie urbes, que detinebantur a Sarracenis. Eius tempore ecclesia ampliata est. Vrbes manque, id est, Portugalensis, Vesensis, Aucensis tunc populantur ab eo, et secundum canonicam sententiam episcopi ordinantur et usque ad Tagum flumen populando regnum perducitur*<sup>23</sup>.

Comparando as duas passagens deve notar-se a diferente natureza das ações que Lucas imputa a cada um dos monarcas. Quando se refere aos feitos de Afonso I, o *tudense* utiliza verbos que revelam um carácter bélico; em contrapartida, a conduta de Afonso III é de modo a possibilitar o controlo da região por parte do reino asturiano (levando a cabo o povoamento de vários espaços, com toda a conotação de organização e reconhecimento da autoridade que o termo *povoamento* tinha neste tipo de textos). Por seu turno, Rodrigo opta por não mencionar Afonso I neste momento e relatar apenas a atuação de Afonso III nos mesmos moldes em que Lucas o havia feito<sup>24</sup>.

Embora ambos refiram, neste momento do relato, que Afonso III teria levado os seus esforços até ao Tejo – o que não aconteceu –, a verdade é que regra geral tanto Lucas como Rodrigo se encontram bem informados sobre as constantes

21 A título de exemplo, ao relatar o período suevo Lucas utiliza como referente a geografia romana, isto é, termos como “Lusitânia” e “Bética” para designar regiões da Península. A manutenção da ordenação geográfica herdada do período romano será uma constante no relato até uma fase tardia em que o processo de expansão para o Sul dos reinos cristãos se encontra quase completo. Essa utilização de referências geográficas romanas pode explicar-se, pelo menos em parte, devido à grande influência de Santo Isidoro nos escritos de Lucas (sendo que pelo menos os dois primeiros Livros do *CM* derivam diretamente da obra do santo hispalense). A análise de um exemplo esclarecedor pode encontrar-se em Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 43.

22 *CM*, IV, VIII, 229.

23 *CM*, IV, 22, 247-248.

24 Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 67.



alterações da zona de fronteira a que nestes períodos mais recuados se assistia. Um bom exemplo disso é um excerto no relato do *tudense*<sup>25</sup> que permite compreender que, sensivelmente no mesmo período, a fronteira na região central da Península se encontrava no Douro enquanto na região mais ocidental o marco era já o Mondego<sup>26</sup>, correspondendo o seu relato ao que se conhece historicamente. A fronteira assume um papel central na consciencialização do espaço, sendo uma zona de conflito, mas também de oportunidade. E a sua volatilidade é reconhecida pelos autores, como demonstra, por exemplo, a forma rápida com que se relatam os ataques de Almançor<sup>27</sup> – que levariam a fronteira novamente até ao Douro na zona ocidental – para logo de seguida se encetar a narração do cerco de Afonso V a Viseu<sup>28</sup>.

Ainda assim, a fronteira não é apenas um elemento de distinção entre cristãos e muçulmanos, mas também dentro do próprio reino asturiano se encontram fronteiras que permitem, por exemplo, identificar na narrativa aquele que seria o assassino de Sancho I (956-958 e 960-966)<sup>29</sup>, ou, também, estabelecer as zonas de influência dos poderes eclesiásticos<sup>30</sup>.

Porém, o principal momento em que nos relatos se pode observar uma grande importância conferida à fronteira e, concretamente, a movimentos de expansão na zona ocidental da Península é definitivamente no reinado de Fernando I (1037-1065). Tanto o prelado tudense como o arcebispo de Toledo dedicam bastante espaço na sua narrativa às conquistas de Fernando I naquilo a que entendem já chamar como Portugal<sup>31</sup>.

25 *CM*, IV, 26, 252-253.

26 Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 47.

27 Neste particular deve chamar-se à atenção para o facto de que embora Juan Fernández Valverde traduza *Portucale* para Portugal numa passagem alusiva às incursões do magnate muçulmano, ao que tudo indica Rodrigo estaria a referir-se antes à cidade do Porto como o local por onde Almançor teria entrado na Galécia de modo a alcançar as cidades mais a norte. Este aspeto reveste-se de maior importância quando se analisa a individualização do espaço portugalense. Nesta passagem, ao acreditar na incorrecta tradução por parte de Fernández Valverde, não se pode vislumbrar qualquer referência ao espaço portugalense para lá daquele que definia a cidade em si. O excerto encontra-se em *DrH*, V, XVI, 165, sendo que a tradução para castelhano pode consultar-se em Rodrigo Jiménez de Rada – *Historia de los hechos de España*, p. 207.

28 *CM*, IV, 43, 276.

29 Para uma análise a esta passagem onde Lucas atribui a responsabilidade da morte de Sancho I ao conde conimbricense Gonçalo Moniz, veja-se Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 93-100 e bibliografia indicada nas respetivas notas. Este momento irá ser analisado no segundo ponto do presente estudo.

30 *CM*, III, 11, 72.

31 Este aspeto vai ser analisado no segundo ponto. No entanto, note-se desde logo o título que Rodrigo Jiménez de Rada atribui ao capítulo em que narra as conquistas do monarca leonês: “De monarchia regis Fernandi et acquisitione Portvgalie et divisione regnorvm” – *DrH*, VI, XI, 189-191. A atuação militar de Fernando I nesta região inicia-se ainda em 1055, com a conquista do castelo de Seia, à qual se seguiriam, entre 1057 e 1058, as conquistas de Viseu e Lamego. Coimbra cairia em mãos leonesas no ano de 1064. Consulte-se Mário Jorge Barroca – *Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior*. In *Beira Interior – História e Património*. Guarda, 2000, p. 215-238. Ainda sobre as campanhas que levaram a fronteira do Douro até ao Mondego, consulte-se Mário Jorge Barroca – *Da Reconquista a D. Dinis*. In *Nova História Militar de Portugal*. Dir. Manuel Themudo Barata, Nuno Severiano Teixeira. Vol. 1. Coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. Para uma perspetiva do papel de ‘Portugal’ quando este território pertencia ainda ao reino de Leão, consulte-se In

Não é aqui possível observar em detalhe as passagens que relatam as conquistas de cidades como Viseu e Coimbra, mas a sua importância no relato depreende-se do detalhe com que são narrados os sucessos e também da inclusão do que se pode chamar de episódios paralelos (como, por exemplo, a intervenção de S. Tiago na conquista de Coimbra ou a ajuda dos monges de Lorvão nesse mesmo excerto)<sup>32</sup>. Este é um dos momentos em que o espaço ocidental consegue maior protagonismo nas narrativas dos prelados.

Depois do relato das campanhas fernandinas, a zona ocidental da Península irá sofrer um processo de progressiva menorização narrativa no que diz respeito ao *CM*, processo também ele visível, embora em menor dimensão, na obra de Rodrigo. A fronteira, contudo, havia progredido mais para sul<sup>33</sup>. Lucas não mais torna a discorrer sobre os avanços na fronteira para sul na zona ocidental da Península de uma forma tão direta, talvez porque o processo de autonomização de ‘Portugal’ após o reinado de Afonso VI (1065-1109) significava que, no plano narrativo, esse espaço não teria a mesma atenção do que os espaços que compunham o reino de Leão. É verdade que após a década de 80 do século XI o ritmo de conquistas leonesas abrandou e verificou-se sobretudo uma contra-ofensiva muçulmana que, a ocidente, por exemplo, significaria a perda de Lisboa<sup>34</sup>. Nada disso é mencionado por Lucas. Tão-pouco o retomar das conquistas cristãs, pelas mãos de Afonso Henriques, é alvo de atenção. Do primeiro rei português Lucas recorda as transgressões cometidas a norte contra a Galiza que pertencia a Leão e, sobretudo, os episódios em torno de Badajoz. Este é um caso onde o silêncio do cronista também permite compreender algo sobre a sua visão e a narrativa que construiu<sup>35</sup>.

Por sua parte, Rodrigo acaba por acrescentar informações relativamente ao que recebe de Lucas, embora o faça de uma forma particular. Com efeito, o arcebispo de Toledo entende, a certa altura no relato, incluir dois capítulos especificamente

---

*Quando Portugal era reino de Leão. Estudos sobre cultura e identidade antes de D. Afonso Henriques*. Ed. Paulo Farmhouse Alberto, Rodrigo Furtado. León: Universidad de León – Área de Publicaciones, 2011.

32 Veja-se a análise destas passagens em Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 69-73. Consulte-se ainda José Alexandre Ribeiro de Sousa – *«In finibus Gallecie»: A «Reconquista» no actual território português – o contexto de um processo dinâmico, 868-1064*. Lisboa, 2016. Dissertação de Mestrado em História, especialidade de História Medieval. Nas crónicas, o relato encontra-se em *CM*, IV, 51-53, 284-288 e *DrH*, VI, XI, 189-191.

33 Nomeadamente no reinado de Afonso VI, uma vez que o monarca leonês receberia, em 1093, Lisboa, Sintra e Santarém das mãos do rei da taifa de Badajoz (que procurava proteção face à crescente ameaça almorávida vinda do Norte de África). Lucas de Tuy, de forma errónea (provavelmente propositada), acaba por afirmar que Afonso VI teria conquistado essas cidades: “cepit Cauriam [Coria], Vlisbonam, Sintriam, Santarem” – *CM*, IV, 70, 304.

34 José Mattoso – Portugal no reino asturiano-leonês. In *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Volume I: *Antes de Portugal*. Coord. de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 560-561. Bernard F. Reilly – *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI (1065-1109)*. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 56 e 303.

35 O essencial no que concerne às palavras que Lucas dedica a Afonso Henriques nestes temas encontra-se em *CM*, IV, 80-81, 318-320.

dedicados à casa real portuguesa e aos primeiros monarcas e seus feitos<sup>36</sup>. Esse facto, que corresponde a um gosto particular do *toledano* – a genealogia –, acaba por atenuar a diminuição do protagonismo narrativo do espaço ocidental que é, no restante, semelhante nas duas obras.

Daí em diante, ‘Portugal’ surge no relato de ambos mais como elemento de oposição a Leão (no caso de Lucas) ou de reconfiguração de poderes (no caso de Rodrigo, que tende a utilizar Portugal como um fator de equilíbrio na relação de poderes entre Leão e Castela<sup>37</sup>), mas isso extravasa já a análise da questão na perspetiva da expansão e da multiplicidade de fronteiras.

São vários os episódios que atestam sobretudo dois aspetos que se diriam os fundamentais da análise deste ponto. Por um lado, a forma informada e conhecedora com que ambos os prelados incluem nos seus relatos avanços e recuos da fronteira, identificando corretamente períodos de expansão e outros de retração<sup>38</sup>; por outro lado, um pouco decorrente do primeiro aspeto, deve salientar-se que, em textos desta natureza e com a intenção de servir propósitos e um ‘público’ muito específicos, a fronteira assume uma importância central enquanto manifestação da consciencialização do espaço.

---

36 Sobre estes dois capítulos e a questão de onde Rodrigo teria ido buscar as informações, veja-se Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 37-38 e especificamente as notas de rodapé 101 e 102, bem como, no mesmo trabalho, as páginas 117 e 118 (notas de rodapé 329 a 332).

37 Isto é particularmente evidente no reinado de Fernando II em Leão (1157-1188) e Afonso VIII (1158-1214) se encontra ainda no seu período de menoridade à frente de Castela. A tentativa de Fernando II de conseguir para si o trono do seu sobrinho colide com a narrativa de Rodrigo, que não só vê em Castela um reino ‘superior’ a Leão, como também encara Afonso VIII como o modelo ideal de monarca, pelo que dificilmente conseguiria conjugar essa imagem com um relato que transmitisse alguma fragilidade durante a menoridade deste. Sobre a idealização de Afonso VIII como o protótipo de monarca, veja-se Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 39 e, sobretudo, atenda-se a dois trabalhos de Manuel Alejandro Rodríguez de la Peña – *El paradigma de los reyes sabios en el ‘De rebus Hispaniae’ de Rodrigo Jiménez de Rada*. In *Sevilla 1248: Congreso Internacional Conmemorativo del 750 Aniversario de la Conquista de la Ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de Castilla y León*. Coord. Manuel González Jiménez. Sevilha, 1998, p. 757-765; Manuel Alejandro Rodríguez de la Peña – *Rex strenuus valde litteratus: strength and wisdom as royal virtues in medieval Spain (1085-1284)*. In *Princely Virtues in the Middle Ages: 1200-1500*. Ed. P. István Bejczy; Cary J. Nederman. Turnhout: Brepols Publishers, 2007, p. 33-57. Um excelente exemplo da forma como Rodrigo procurava um maior equilíbrio na relação de forças peninsulares pode encontrar-se no relato do cerco de Badajoz (1169), quando o *toledano* suprime uma passagem que Lucas incluíra no seu relato e que diz respeito à teórica submissão de Afonso Henriques a Fernando II no rescaldo do ‘desastre’ – veja-se Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 129 e, sobretudo, p. 137-140 (para a análise da passagem em Lucas de Tuy) e p. 157-164 (para a análise da passagem em Rodrigo Jiménez de Rada – consulte-se especificamente as pp. 161-163).

38 Algo que, pelo menos em parte, ficou a dever-se à ampla base de textos em que por sua vez Lucas e também Rodrigo apoiaram o seu processo narrativo. Em ambas as introduções às edições críticas das obras destes prelados há lugar a um estudo intensivo de Emma Falque e de Juan Fernández Valverde quanto às obras que Lucas e Rodrigo aproveitaram para a elaboração do seu relato.

#### IV. A individualização do espaço

Talvez mais significativo do que a questão da fronteira e expansão seja a individualização do espaço ocidental, que surge como um tema iminentemente político e com grande peso não só no relato do passado, mas sobretudo no presente em que ambos os prelados escrevem as suas obras (presente esse particularmente sensível a questões em torno da configuração política na Península).

No plano narrativo, é mais uma vez o reinado de Afonso III das Astúrias o momento de partida no que toca à análise. Com efeito, as ‘presúrias’ levadas a cabo durante o reinado de Afonso III resultaram na ocupação de um espaço extenso, alargando muito a área do reino asturiano. É a partir desse momento que se começam a desenhar três zonas nas quais se pode dividir o espaço do reino cristão. E é nesse contexto que surgem os primeiros indícios de uma individualização da zona ocidental da Península que, ao longo de várias fases, vai dar lugar aos dois núcleos políticos dessa região no período central do medievo – Galiza e Portugal.

É também, de acordo com Paulo Merêa, devido a este processo que “a denominação de Portugal dada a uma extensa região da Galiza” toma forma posteriormente, uma vez que o investigador relaciona essa designação “com o povoamento dessa região no tempo de Afonso III”<sup>39</sup>. De certa forma, portanto, a definição do território era um reconhecimento vindo de fora do mesmo, devendo-se à atuação da monarquia asturo-leonesa essa diferenciação entre os espaços a norte e sul do Lima<sup>40</sup>.

Também neste particular o relato de Rodrigo não se afasta muito do que escrevera Lucas. Existem pequenos pormenores relacionados com, por exemplo, o latim empregue, mas, de uma forma geral, Rodrigo toma por bons os dados recolhidos no *Chronicon Mundi*, de que se serve como base para o seu relato em grande parte da sua crónica.

Como se disse, é no reinado de Afonso III das Astúrias que se nota primeiramente alguma informação relevante no plano narrativo para este tema. Numa passagem onde Lucas de Tuy menciona vários monarcas, acaba por referir que Ordonho

39 Segundo Paulo Merêa, num período inicial a extensão da designação ‘portucalense’ a uma região que se situava a sul do rio Lima ficou a dever-se ao processo de povoamento dessas regiões levado a cabo no reinado de Afonso III por oposição ao povoamento dos territórios a norte do Lima, que teriam sido povoados no tempo de Ordonho I e, por isso, feito parte de um outro ‘bloco’ que ainda se identificava com a Galiza propriamente dita. Consulte-se Paulo Merêa – *De “Portucale” (civitas) ao Portugal de D. Henrique*. Nova edição, completamente refundida. Porto: Portucalense Editora, 1967, p. 18. No mesmo sentido de dar ênfase ao papel de Afonso III nessa reorganização do espaço atacado por Afonso I consulte-se Gonzalo J. Escudero Manzano – La «despoblación» y «re población» del valle del Duero: la problemática de las fuentes y el debate historiográfico. *Estudios Medievales Hispánicos*. 5 (2016) 154.

40 Sobre a questão da fronteira entre a Galiza e Portugal, consulte-se Maria Carmen Pallares; Ermelindo Portela – La idea de frontera en la *Historia Compostelana*. In *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, p. 61-78.

II (873-924), ainda em vida do seu pai, Afonso III, teria pillhado uma próspera zona em Sevilha, tendo posteriormente voltado com o saque a Viseu:

*Siquidem dum pater eius adhuc uiueret et ipse dominaretur Gallecis, collecto exercitu prouinciam Beticam pectit. Deinde uastatis circumquaque agris et villis incensis primo impetu Regem ciuitatem, que inter omnes barbarorum occidentales urbes opulencior et forcior uidebatur, pugnando cepit. Omnesque bellatores Caldeos gladio delens cum maximo captiuorum et spoliurum apparatu ad Visensem urbem uictor reuersus est*<sup>41</sup>.

Embora a passagem não diga respeito directamente à individualização do espaço ocidental, mas antes a uma expedição de razia ao sul muçulmano, ela permite, todavia, compreender dois aspetos que devem ser valorizados. Por um lado, a consciência clara que demonstra relativamente ao facto de se desenharem, com a expansão territorial alcançada com Afonso III, várias zonas dentro do reino, embora ainda com uma identidade incipiente, é certo. Uma dessas regiões é precisamente a da Galiza, neste momento entendida ainda como uma área que abrange o espaço até ao sul do Douro, como se pode ver pela menção a Viseu. Esta importância levaria então a que os filhos de Afonso III governassem, ainda em vida do monarca, essas mesmas áreas, como se pode ler no texto de Lucas quando afirma que Ordonho governava a Galiza ainda quando o seu pai reinava (e, aliás, fora nesse contexto que se aventurara até Sevilha)<sup>42</sup>.

Por outro lado, a menção a Viseu permite também compreender, para além do facto de evidenciar a cidade como a ‘capital’ de Ordonho enquanto rei da Galiza, que esse processo de individualização era, até ao momento, um processo que unia as regiões galegas a todo o território até à fronteira a sul, recreando, portanto, de forma parcial, a geografia do reino suevo na faixa ocidental<sup>43</sup>.

Um novo momento que se revela significativo para esta questão surge pouco depois e, sendo muito semelhante ao que acabou de ser descrito, demonstra uma

41 *CM*, IV, 25, 250.

42 Embora Lucas não seja claro quanto a este período, narrando primeiro a morte de Afonso III e só depois a configuração política dos três ‘reinos’ sob o controlo dos seus três filhos, a verdade é que esta divisão teria ocorrido ainda em vida do monarca. Afonso III teria colocado cada filho à frente de uma região, ficando ele próprio como uma espécie de ‘imperador’. Porém, devido a uma revolta, teria sido obrigado a retirar-se e abdicar, dividindo o reino pelos seus três filhos e é nesse contexto que Ordonho governa a Galiza, embora, como se disse, essa informação não esteja incluída na crónica do bispo tudense. Sobre esta questão e os últimos anos do reinado de Afonso III, consulte-se Justo Pérez de Urbel - Los primeros siglos de la reconquista (711-1038). In Justo Pérez de Urbel; Ricardo del Arco y Garay; Fernando Valls Taberner – *España Cristiana. Comienzo de la reconquista (711-1038)*. In *Historia de España Menéndez Pidal*. Vol. VI. Dir. de José María Jover Zamora. Madrid: Espasa-Calpe, 1992, p. 98-99.

43 No século IX, a identificação que se fazia da Galiza com a *Gallaecia* romana levou a que se considerassem os seus limites para lá do rio Minho, onde eventualmente viriam a ser colocados. Aliás, como atesta Carlos Baliñas Pérez, neste período específico a fronteira dos territórios galegos era tomada pela linha do Mondego, estando Coimbra no extremo da Galiza (*in finibus Gallecie*). Consulte-se o documento de Afonso III que este autor analisa e a interpretação do mesmo em Carlos Baliñas Pérez – La «Estremadura» Gallega altomedieval y los orígenes de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras. História*. 15: 1 (1998) 144-148.

diferente camada daquilo a que se vem chamando a individualização do espaço. Devido a uma sucessão complexa<sup>44</sup>, os filhos de Ordonho II iriam também eles dividir os territórios herdados. No texto de Lucas não existe nenhuma informação sobre estes momentos, sendo que o *tudense* parece não querer referir as dissensões internas e as lutas fraticidas entre membros da família real. Ainda assim, indica que Afonso IV, filho de Ordonho II, entendera abdicar do trono em favor do seu irmão, Ramiro:

*Huic consistenti in regno uoluntas euenit arripiendi uiam confessionis, et misit nuncios pro fratre suo Ranimiro, qui morabatur in partibus Vesey dicens quod uellet a regno discedere et fratri suo dare. Ranimirus autem ut audiuit, cum exercitu magno uenit Zemoram et regno suscepit*<sup>45</sup>.

O pequeno apontamento de que Ramiro estaria em Viseu não oferece, à partida, qualquer leitura, uma vez que Viseu se apresentava nesta fase como uma das principais cidades da faixa ocidental, sobretudo como assentamento para expedições militares como aquela que o próprio Ordonho II teria realizado a Sevilha. Porém, esse aparte de Lucas é significativo quando se tem em conta os acontecimentos conhecidos. A divisão do reino pelos três irmãos teria contemplado Ramiro com a governação da zona ocidental e é nesse contexto que este apontamento sobre a sua estadia em Viseu deve ser entendido. Já o seu pai tinha feito de Viseu a sua ‘capital’ e também Ramiro fazia agora o mesmo.

Todavia, existe um fator muito importante que diferencia as duas situações: enquanto Ordonho teria recebido toda a Galiza até à região da fronteira sul, Ramiro e os seus irmãos dividiram o reino de outra forma. Assim, Afonso IV tinha ficado com Leão (tendo ainda supremacia face aos seus irmãos), Sancho com a Galiza e Ramiro com a região que tinha em Coimbra a sua cidade fronteiriça, de acordo com uma fonte árabe<sup>46</sup>. A questão dos limites exactos do espaço que Ramiro controlava não é, contudo, o aspeto essencial. Deste contexto, o que importa reter é

44 À morte de Ordonho II não lhe sucedera nenhum dos seus filhos, mas sim o seu irmão *Froila* (Fruela II), que reinava nas Astúrias. Porém, este viria a morrer um ano depois, em 925, deixando o reino numa situação complexa, já que existiam vários candidatos ao trono: para além do seu filho, também os três filhos de Ordonho II. Os irmãos iriam unir-se contra o filho de Fruela II e, saindo vitoriosos, dividir os territórios entre si.

45 *CM*, IV, 30, 257.

46 Carlos Baliñas Pérez refere que Ramiro apenas governou o espaço entre o Douro e o Mondego, associando isso aos particularismos da região, por ser zona de fronteira e albergue de populações de tradição moçárabe (Carlos Baliñas Pérez – La «Estremadura» Gallega..., p. 151-152). Contudo, autoras como Maria João Violante Branco e Maria Teresa Nobre Veloso seguem antes o estudo de Emilio Sáez sobre Ramiro II, que indica que a este teria cabido a governação do território desde o Minho até ao Mondego. Consulte-se Maria João Violante Branco – Portugal no reino de Leão: etapas de uma relação (866-1179). In *El reino de León en la Alta Edad Media, vol. IV: La Monarquía (1109-1230)*. León: Centro de Estudios y Investigación “San Isidoro”, 1993. p. 555-556; e ainda Maria Teresa Nobre Veloso – O culto de Santa Comba e o (re) povoamento do Vale do Dão (sécs. X-XI). *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 40 (2008-2009) 256-257. Esta última autora acrescenta, na p. 257, alguns argumentos (desde militares a simbólicos) para a escolha de Viseu como sede de governo de Ordonho II e Ramiro II. O trabalho a que ambas se referem é de Emilio Sáez – Ramiro II, rey de «Portugal» de 926 a 930. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 3 (1947) 271-290. A identificação do espaço que governa Ramiro como

que, perante uma nova divisão do reino leonês, o espaço da Galiza, tomado até aqui como um todo, tinha sido dividido em duas partes.

Essa divisão teria forçosamente que refletir alguma particularidade ou, melhor dizendo, teria sido levada a cabo com base em algum critério que já se poderia identificar. Isto é válido mesmo que se tenha presente que, ao que tudo indica<sup>47</sup>, Ramiro tinha recebido o controlo desses territórios por parte do seu irmão, Sancho, em reconhecimento do apoio que as elites locais, devido à sua ligação a Ramiro<sup>48</sup>, tinham desempenhado no confronto com o filho de Fruela II.

Aliás, poderá até dizer-se que é precisamente devido a essa circunstância que este acontecimento é significativo. Ou seja, a ligação que Ramiro tinha com as elites locais e a forma como Sancho entendeu confiar ao seu irmão mais novo o governo daquela região demonstra de certa forma uma particularização dessas elites. À diferenciação que a geografia concedia, uma vez que as regiões de Portucale e Coimbra se encontravam na zona limítrofe do reino leonês, também razões políticas viriam a juntar-se, configurando assim um grupo que, apesar de nada homogêneo, se distinguia claramente dos restantes<sup>49</sup>. Este é um processo narrativo que se vai desenvolvendo ao longo da obra, sendo que as elites castelhanas e galegas são também elas alvo de uma individualização própria.

Após estes momentos, no relato de Lucas, existem alguns que se referem sobretudo à região da Galiza e que deixam entender claramente a diferenciação que existia entre as várias zonas dos domínios dos monarcas leoneses. O momento seguinte que importa analisar é já aquando das campanhas de Fernando I. Antes de analisar esses excertos do ponto de vista da individualização do espaço, convém notar que os episódios em torno de Ordonho II, Ramiro II e a região mais ocidental da Península foram excluídos do relato de Rodrigo Jiménez de Rada, talvez porque os mesmos resultassem inconvenientes<sup>50</sup>, ou ainda porque o arcebispo optou sis-

---

aquele que englobava a cidade de Coimbra é retirada de Ibn Hayyan e pode consultar-se em Justo Pérez de Urbel – Los primeros siglos de la reconquista..., p. 122.

47 Justo Pérez de Urbel – “Los primeros siglos de la reconquista...”, p. 122.

48 Tanto quanto se sabe, eram várias as ligações de Ramiro II ao espaço galaico-portugalense. Teria sido educado por Diogo Fernandes e a sua esposa Oneca, detentores de grande património nas zonas do Douro e Mondego e, posteriormente, contraíra matrimónio com Ausenda, que seria filha de Gutierre Ozores, conde de Coimbra. Parece ter sido a sua proximidade às elites deste espaço e a capacidade de as mobilizar na disputa dos três irmãos contra o filho de Fruela II que levou à decisão de atribuir a Ramiro o controlo desta região, algo que sucedeu entre 925 e 931, quando Afonso IV abdicou em favor do seu irmão. Consulte-se Justo Pérez de Urbel – Los primeros siglos de la reconquista..., p. 124-125. Sobre Ramiro II, consulte-se Justiniano Rodríguez Fernández – *Ramiro II, rey de León*. Burgos: La Olmeda, 1998.

49 Já na década de 40 do século XX Paulo Merêa se referia a este aspeto, algo que veio a formular, já em 1967, da seguinte forma: “Uma coisa, em todo o caso, se pode considerar fora de dúvida: é que a parte meridional da Galiza, reconquistada por Afonso III e repovoada no decurso do século X, tinha já então uma individualidade própria, bem patente na história das famílias que preponderavam nesta região”. Paulo Merêa – *De “Portucale” (civitas) ...*, p. 20.

50 É possível que Rodrigo tenha optado por não incluir algumas destas passagens porque elas se referem, no texto de Lucas, por mais do que uma vez, a problemas entre os monarcas e as aristocracias locais, algo que poderia chocar com a defesa que de certo modo Rodrigo leva a cabo ao longo da sua obra da aristocracia como principal suporte da monarquia e

tematicamente por reduzir em algumas partes as informações que encontrou no *Chronicon Mundi*.

O relato das conquistas de Fernando I, que já foi analisado quanto à vertente referente à fronteira e expansão, oferece à partida duas ilações que poderiam ser entendidas como contraditórias, mas não o são. De facto, se por um lado os textos demonstram uma cabal compreensão e aceitação do processo histórico de individualização do espaço ‘portugalense’ – que se parece consolidar precisamente neste momento na narrativa –, por outro lado não é menos verdade que a forma como ambos os prelados relatam este período e a importância que esses acontecimentos adquirem nas suas crónicas não deixa dúvidas quanto à vontade destes em afirmar inequivocamente que a conquista de ‘Portugal’ tinha sido levada a cabo pelo monarca leonês<sup>51</sup>.

Se até esse momento, no plano narrativo, as referências a ‘Portucale’ oscilavam entre a designação da cidade do Porto e um espaço muito mais amplo, ainda algo indefinido, mas onde, por exemplo, cabia já em certos momentos a cidade de Viseu<sup>52</sup>, quando Fernando I prepara as suas campanhas nesta região, tanto Lucas como Rodrigo transmitem no relato um espaço que parece estar bem definido quanto à ideia que dos seus limites se teria. Isso deve-se não tanto à ideia que poderia existir à época de Fernando I quanto à região em si, mas antes à realidade que os prelados sempre conheceram, isto é, a existência de uma entidade política ‘portuguesa’, uma vez que, como se referiu, interessava a ambos reclamar para Leão e Castela a responsabilidade de ter “adquirido” ‘Portugal’.

Lucas refere que Fernando I, depois de reunidos os seus exércitos, se movimentou em direcção a Portugal<sup>53</sup>, indo cercar Seia. Portanto, o bispo tudense con-

dispositivo estabilizador da sociedade – Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 38-39. Sobre este aspeto da escrita do arcebispo, consulte-se Georges Martin – La invención de Castilla (Rodrigo Jiménez de Rada, Historia de Rebus Hispaniae, V). *Identidad patria y mentalidades políticas*, [em linha], 2006, [consultado em 30/05/2017]. Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00113284>. Veja-se também Georges Martin – Les juges de Castille..., p. 266-269; Inés Fernández Ordóñez – “De la historiografía fernandina a la alfonsí”; e ainda Amaia Arizaleta – *Ut lector agnosceret*: discurso y recepción en la obra de Rodrigo Jiménez de Rada (primera mitad del siglo XIII). *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévaux*. 26 (2003) 181.

51 Já foi referido na nota de rodapé 31, mas atente-se uma vez mais no título que o *toledano* atribuí ao capítulo em que narra as conquistas de Fernando I: “De monarchia regis Fernandi et acquisitione Portvgalie et divisione regnorvm” – *DrH*, VI, XI, 189-191. O verbo *acquisitione* não deixa grandes dúvidas quanto ao intuito de atribuir a responsabilidade – e, portanto, a legitimidade de reclamar esse espaço – à monarquia leonesa e, por inerência, aos monarcas castelhano-leoneses como Fernando III, que acabara de reunir as coroas de Castela e Leão na sua figura apenas alguns anos antes de Rodrigo e Lucas se dedicarem à escrita das suas crónicas.

52 Como, por exemplo, aquando do cerco de Viseu por parte de Afonso V, em 1028: “Anno igitur regni sui XX<sup>o</sup>.VIII<sup>o</sup> aggregato magno exercitu obsedit Veseum in Portugale magnum opidum quod adhuc detinebatur a Sarracenis” – *CM*, IV, 43, 276. Consulte-se a análise a esta passagem em Filipe Ferreira Bastos – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada*, p. 61.

53 “(...) cum exercitu magno mouens in Portugalem profectus est” – *CM*, IV, 51, 284.



cede novamente uma área a ‘Portugal’ que não pode ser entendida como a de Portucale (cidade ou mesmo condado<sup>54</sup>).

Para além disso, Lucas incorpora no seu relato algumas passagens que ajudam a compreender a imagem do espaço que pretende transmitir neste momento. Assim, depois de concluir o longo relato da conquista de Coimbra, termina o relato das conquistas de Fernando I:

*Expulsa itaque de Portugali Maurorum rabie omnes Sarracenos ultra fluiuum Mondego, qui utramque prouinciam separat, rex Fernandus armis ire coegit. Hiis uero ciuitatibus quas de potestate paganorum eripuit, Sesnandum consiliis illustrem prefecit*<sup>55</sup>.

O bispo tudense não hesita em narrar a conquista de Coimbra como um feito que significava que os ‘mouros’ haviam sido expulsos *de Portugali*. Mais ainda, foram afastados para lá do Mondego, que *utramque prouinciam separat*. O espaço coimbrão, outrora sede de condado próprio, estava agora, no relatar do *tudense*, sob a designação comum ao espaço a norte, é dizer, sob a designação de Portucale/Portugal. Consta-se assim a evolução da aplicação do termo ‘Portugal’, que, nesta nova fase de expansão cristã para sul do Douro, avança em conformidade com a fronteira, abarcando num primeiro momento espaços como Viseu e alcançando a fronteira do Mondego.

Essa é outra questão, já que Lucas refere que o Mondego separava duas províncias. Todavia, nunca o Mondego havia separado duas províncias, de acordo com a geografia romana tanto utilizada pelo *tudense*. A Galécia seguia até ao Douro e a Lusitânia iniciava-se a partir desse rio. Essa mesma ordenação é visível em outros momentos na obra do bispo tudense. O único momento anterior em que o Mondego poderia ter servido de fronteira fora talvez o reino suevo, mas apenas temporariamente, uma vez que este reino se viria a estender pelo menos até ao Tejo antes da sua anexação pelo vizinho reino visigodo. Com esta referência ao Mondego como limite, Lucas acaba por reconhecer a mutabilidade da fronteira, ao mesmo tempo que a fixa onde ela iria estar durante largas décadas, uma vez que, com os naturais avanços e recuos, só com Afonso Henriques, já em pleno século XII, a linha de fronteira alcançaria definitivamente o Tejo.

Ao apresentar os acontecimentos desta forma, concedendo ao espaço uma ‘identidade’ numa fase em que esta não estaria ainda tão claramente esboçada, Lucas procura, mais do que enfatizar a especificidade da região, enfatizar antes sim a ação de Fernando I. Rodrigo irá seguir o mesmo rumo no seu relato destes momentos.

54 Mais uma vez, de acordo com Paulo Merêa, “não faziam parte do Portugal pré-henriquino nem a Beira Litoral ao sul do Vouga (território de Coimbra), nem os territórios de Viseu e Seia”. Paulo Merêa – “De Portucale (civitas)...”, p. 41.

55 *CM*, IV, 51, 287.

Por fim, ainda antes de as crónicas atingirem a viragem do século XI para o XII, existem mais algumas menções ao termo ‘Portucale/Portugal’, embora tanto no *CM* como no *DrH* estas procurem, de forma curiosa, uma clara associação desse espaço à Galiza. Apenas a título de exemplo, ainda do reinado de Fernando I surge uma nova indicação dessa individualização. De acordo com o bispo tudense, o rei ‘magno’ teria dividido o reino pelos seus três filhos, atribuindo a Garcia *totam Galleciam una cum toto Portugali*<sup>56</sup>. Por um lado, sai reforçado o aspeto que foi referido anteriormente, isto é, que a Galiza foi entendida, num certo momento, como todo o espaço da faixa ocidental do reino de Leão, como se pode ver pelo facto de Lucas indicar que o que Garcia recebia era toda a Galiza *una* com todo Portugal. Todavia, por outro lado, a necessidade de nomear os dois espaços dessa forma, como que para não deixar qualquer dúvida, é um bom indicador da especificidade que o espaço portugalense havia adquirido ao longo do Livro IV do *Chronicon Mundi*. Essa especificidade na narrativa em si não basta para concluir que ‘Portugal’ era já, naquele momento, reconhecido como um espaço com identidade e características próprias, como se tem vindo a dizer, mas antes, ao referir que Garcia recebeu toda a Galiza *una* e que isso implicava receber todo Portugal, Lucas afirmava a subordinação de Portugal enquanto região à Galiza e esta, por seu turno, seria sempre uma parte da estrutura maior que Lucas considera o reino de Leão (mesmo que temporariamente dividida entre irmãos, como tantas vezes acontece ao longo da obra).

Rodrigo Jiménez de Rada, por seu turno, utiliza, para esse mesmo episódio, a expressão *totam Galleciam cum ea parte que dicitur Portugale*<sup>57</sup>, tendo, portanto, um sentido semelhante às palavras que certamente lera no texto de Lucas. De salientar, no entanto, é a associação que existe dos dois espaços, referidos em simultâneo, como que quase se fizesse ainda menção ao ‘velho’ conceito da *Gallaecia* romana.

O processo narrativo que diz respeito à emergência do espaço portugalense como uma região relativamente bem delimitada nas crónicas encontra-se, de certa forma, concluído após estes momentos, uma vez que a configuração do condado confiado a Henrique e Teresa – o excerto seguinte que surge nos dois textos – finalmente reveste o espaço de uma dimensão institucional (e, portanto, no plano político, a especificidade via-se reconhecida).

De tudo o que foi dito infere-se que, se por um lado existe uma tentativa de manter o espaço ocidental debaixo da teórica agremiação de territórios que compunham o reino leonês, por outro lado essa vontade não interfere com o reconhecimento explícito do processo de individualização desse espaço. Esse reconhecimento, semelhante ao que nas obras se concede a outros espaços como Castela, não

56 *CM*, IV, 57, 292. Sobre Garcia II, rei da Galiza, consulte-se a biografia que lhe é dedicada por Ermelindo Portela – *García II de Galicia, el rey y el reino (1065-1090)*. Burgos: La Olmeda, 2001.

57 *DrH*, VI, XI, 191.

seria nada incomum, uma vez que a *Hispania* era desde há muito uma pluralidade de poderes e territórios – sem que isso implicasse uma abdicação, por parte do poder hegemónico de Leão e Castela, de procurar abarcar a totalidade do espaço peninsular.

## V. Conclusão

Ao longo da análise levada a cabo saltam à vista certas evidências que, pela sua importância e transversalidade, se podem tomar como os traços gerais relativamente a este tópico. Assim, deve primeiramente reconhecer-se o papel secundário que o espaço ocidental tem em ambas as obras, fruto da visão dos prelados relativamente ao poder peninsular central – Leão ou Castela –, visão essa que acaba por secundarizar todos os restantes reinos. O protagonismo que o Ocidente adquire, por exemplo, aquando das campanhas fernandinas é esporádico e fica a dever-se sobretudo à vontade de reclamar a conquista desse espaço.

Ainda que o espaço ocidental seja secundarizado, tal não significa que seja alvo de algum descuido ou desinteresse. O relato de ambos os prelados está, regra geral, bem informado e condiz com aquilo que historicamente se pôde apurar, sobretudo no que diz respeito aos momentos de maior importância para o tema em análise, como sejam a ocupação por parte de Afonso III das Astúrias, as campanhas fernandinas, as oscilações da fronteira, inclusive os vários ataques de Almançor. Se por um lado, como se disse, há a intenção de fixar no relato a legitimidade castelhana-leonesa quanto ao território em questão, por outro lado não se pode deixar de notar que o conhecimento de várias crónicas e a recolha de informação nas mesmas terá levado a que tanto Lucas como Rodrigo dispusessem de material suficiente para compor a sua narrativa.

O aspecto que se diria fundamental relaciona-se com o facto de que ambos os cronistas reconhecem o processo histórico da individualização do espaço mais ocidental da Península e até se reportam a factores que podem ser vistos como tendo contribuído para isso, como o caso das elites locais diferenciadas das restantes ou do avanço da fronteira e a identificação, por parte das próprias estruturas régias leonesas, da especificidade do processo de expansão nesta região. Também este elemento não é propriamente específico na narrativa de ambos ao espaço português. Castela e Aragão são exemplos de espaços que também veem reconhecida uma individualidade própria que em nada prejudica o que se pode chamar o grande esquema político mais ou menos idealizado nas obras, isto é, a condução da Península por um poder supremo, imperial, personificado ao tempo por Fernando III, embora essa idealização seja um tanto vaga.

Por fim, uma conclusão que se pode definir como mais geral prende-se com a fronteira. A ideia de fronteira – interna, político-militar, eclesiástica, etc. – é fundamental no relato como meio de consciencialização do espaço/território, algo que não se pode dizer surpreendente tendo em conta o contexto ibérico em que as obras são produzidas e a particular sensibilidade que no século XIII existia, especificamente nas altas estruturas eclesiásticas, nas quais ambos os autores se inserem, quanto à definição dos espaços de cada respectivo poder.

Pelo menos no que diz respeito à temática do espaço/território e à conceção do mesmo nas obras analisadas, não se pode dizer que a linha narrativa que ambos decidiram seguir tenha alterado ou deturpado propositadamente os acontecimentos históricos por forma a existir uma harmonia com as suas visões particulares. Existem, claro, excertos que são levemente alterados, acontecimentos que são omitidos ou simplesmente julgados desnecessários ao fio narrativo, mas, no cômputo geral, ambas as obras representam um exemplo fidedigno daquela que seria a visão das elites políticas de Leão e Castela no que diz respeito ao recém surgido reino de Portugal e aos processos que tinham levado à sua existência, sem que por isso necessitem de alterar grandemente os sucessos ocorridos.